

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,  
DOUTOR OLAVO EGYDIO SETUBAL, NO ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA  
INTERPARLAMENTAR CEE- AMÉRICA LATINA.

Brasília, em 20 de junho de 1985.

Parlamentarismo que aqui se encerra, e o último domingo  
para-nos abrigar, ainda que por poucos dias, o "parlamento  
atlântico" de dois continentes.

## Encerra-se hoje mais uma Conferência

Interparlamentar reunindo representantes do Parlamento Europeu e do Parlamento Latino-Americano. O alto nível dos debates e dos documentos produzidos nos últimos quatro dias testemunha a densidade do relacionamento político entre a Comunidade Européia e os países da América Latina.

O Brasil da Nova República exprime sua satisfação por ter sido escolhido como palco do exercício democrático que aqui se produziu desde o último domingo.

Honra-nos abrigar, ainda que por poucos dias, o "parlamento político" de dois continentes.

A experiência histórica ensina que o desenvolvimento democrático repousa na valorização do Parlamento. Posso dizer-lhes que, em meu país, toma corpo um relacionamento mais criativo entre o Executivo e o Legislativo. O Governo federal abre-se à opinião nacional, ao formular suas diretrizes de ação política e administrativa. Meu primeiro pronunciamento público teve lugar na Câmara dos Deputados, onde debati extensamente os rumos da política externa do Governo que se inicia.

Senhores Parlamentares,

Somando-se aos tradicionais vínculos históricos, econômicos e culturais que unem os povos da América Latina aos povos da Comunidade Européia, o sistema de relações multilaterais tradicionais.

Por experiência e convicção de que a adesão a este conjunto de valores que amarram

conferências periódicas entre o Parlamento Europeu e o Parlamento Latino-Americano converteu-se em autêntica instituição política, e em marco simbólico de uma forma original de democracia parlamentar: a cooperação entre legislativos regionais.

Sobre constituir uma experiência nova no campo do intercâmbio político em escala mundial, a decisão de se promoverem conferências interparlamentares deste tipo representa uma iniciativa de alto significado para a democratização das relações internacionais. Já se tinha em conta o papel positivo desempenhado pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento Latino-Americano, dentro de suas características próprias, nos respectivos processos de integração regional e no desenvolvimento das relações entre os dois continentes. Caberá agora creditá-los também com terem inaugurado uma nova modalidade de cooperação internacional que amplia e enriquece o escopo das organizações multilaterais tradicionais.

Tal experiência apenas se tornou possível a partir da adesão a um conjunto de valores que servem de

fundamento à civilização ocidental contemporânea: a crença na paz e na possibilidade de se arbitrarem os conflitos por via negociada; a aceitação dos princípios de não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos Estados; a defesa intransigente da democracia pluralista, da justiça social e o respeito aos direitos do homem.

A opção doméstica por um sistema aberto de poder reflete-se de várias maneiras no plano da ação externa. Países que constroem a democracia sobre os fundamentos do pluralismo não podem deixar de identificar-se com padrões de conduta capazes de traduzir tais princípios no convívio entre as nações.

Preocupa-nos o estado presente das relações internacionais, tanto no terreno político quanto no econômico. O retorno à confrontação Leste-Oeste, que ora presenciamos, deforma o significado da própria história contemporânea, reduzindo-a à expressão simplista de um choque entre superpotências. Alimentadas por essa dinâmica artificial e perigosa, numerosas crises regionais se eternizam como ameaças à paz e à preservação mesma da vida no planeta.

Esses conflitos se produzem ao mesmo tempo em que se debilitam e se desprestigiam os instrumentos criados há quarenta anos para conter e solucionar as controvérsias. Vejo o enfraquecimento da dimensão multilateral como grave sintoma de desagregação econômica e política das relações interestatais. Nosso pensamento é que a legalidade das estruturas mundiais de convívio repousa sobre a existência e o funcionamento adequado dos organismos multilaterais criados no segundo pós-guerra. A atividade desses órgãos coletivos não pode nem deve ser substituída pelos encontros de cúpula e por decisões unilaterais em matérias a afetarem o conjunto da família humana.

Senhores Parlamentares, X

Esta Conferência realiza-se num momento em que a América Latina ingressa em nova etapa de seu longo, e por vezes acidentado percurso democrático. Ao mesmo tempo, o continente atravessa a mais profunda crise econômica de toda sua história. É encorajador que a crise atual não se faça

acompanhar de novo surto autoritário. Ao contrário, ela parece ter reforçado a tendência à busca de soluções no quadro mesmo do regime representativo.

As tarefas com que se defrontam os países latino-americanos representam um verdadeiro desafio à imaginação criadora das suas lideranças. Trata-se de prosseguir no caminho do desenvolvimento econômico, corrigir as graves distorções de caráter social, e administrar recursos que se tornaram mais escassos em razão da gigantesca transferência de divisas em pagamento do serviço da dívida externa.

O problema do endividamento externo se nos afigura, de todos, o mais grave, pois que incide diretamente sobre a capacidade de investimento e afeta de maneira crítica o processo de desenvolvimento econômico. O serviço da dívida traduz-se em pesado ônus para os países da América Latina, praticamente convertidos em exportadores líquidos de recursos para os países ricos. O Brasil transferiu no ano passado 4% de seu Produto Interno para o exterior, e comprometeu 40% de sua receita exportadora com os pagamentos dos juros da dívida. Como foi afirmado neste foro, uma vez que se reconhece a partilha de responsabilidade na geração do

problema do endividamento, caberia agora partilhar também os encargos na busca de uma solução mutuamente aceitável.

No processo de ajustamento verifica-se, entretanto, inaceitável assimetria de obrigações no tocante às políticas econômicas: enquanto os países em desenvolvimento são convocados a seguir rígidos parâmetros de reajuste, os países desenvolvidos se recusam a qualquer compromisso de maior disciplina multilateral.

A sessão extraordinária do Parlamento Latino-Americano sobre dívida externa, realizada em julho de 1984, já havia afirmado a necessidade de uma negociação global dessa questão. Documento sobre a dívida externa da América Latina apresentado nesta Conferência reconheceu que deve haver divisão de responsabilidades entre credores e devedores, apelou para a redução substancial dos atuais níveis de juros, e propôs a vinculação da amortização à capacidade real das economias dos países devedores.



A Resolução aqui adotada, convocando uma Assembléia Extraordinária do Parlamento Latino-Americano, com participação ampliada a delegação do Parlamento Europeu, para tratar do tema do endividamento dos países da América Latina, representa uma iniciativa de alto significado. Os parlamentares que deverão reunir-se em Montevideu, no próximo mês de outubro, assumem portanto uma grande responsabilidade: a de avaliar de forma abrangente o problema, e contribuir para o encaminhamento de uma solução negociada.

Temos insistido em que existe um vínculo claro entre o encaminhamento dos problemas a enfrentar na área financeira e as questões pendentes no campo comercial.

A solução do problema da dívida externa passa pela reformulação das regras que regem o comércio mundial e o mercado financeiro internacional. O pagamento de nossos compromissos financeiros pressupõe a manutenção de significativos saldos comerciais. É hora de nossos parceiros desenvolvidos compreenderem que o recurso a mecanismos de proteção a setores com decrescente competitividade coloca em questão a própria viabilidade da estratégia por eles mesmos preconizada para lidar com o problema da dívida.

Entendemos o protecionismo como uma recusa, por parte dos países industrializados, a proceder a reajustes estruturais importantes, aceitando uma divisão internacional do trabalho mais equitativa, que permita aos países em desenvolvimento explorar novas vantagens comparativas, visando à liberalização do comércio internacional e a questões relacionadas à serviços e investimentos.

A própria Comunidade Européia não logrou escapar das pressões protecionistas de seus membros, o que, aliado aos efeitos da Política Agrícola Comum contribui para diminuir o acesso dos países menos desenvolvidos aos mercados comunitários. Os esquemas de subsídio a produtos agrícolas não apenas prejudicam a demanda por produtos similares oriundos da América Latina, como desorganizam o mercado internacional pela exportação de excedentes a preços de "dumping".

A reforma do Sistema Geral de Preferência da Comunidade Européia, com a aplicação seletiva do princípio de "graduation" aos produtos mais competitivos de determinados países, resultará igualmente no declínio das exportações dos países em desenvolvimento que buscaram a eficiência no setor industrial.

Neste momento, desenvolvem-se consultas para que se realize nova rodada negociadora no âmbito do GATT, visando à liberalização do comércio internacional e ao exame de questões relacionadas a serviços e investimentos.

Na recente reunião informal de Estocolmo sobre comércio, de que participaram 21 ministros representando países desenvolvidos e em desenvolvimento, e à qual estive presente, procedeu-se a uma ampla troca de idéias sobre os problemas do comércio e sobre o inter-relacionamento entre estes e as questões financeiras e monetárias. Considerando, com outros representantes de países em desenvolvimento, que não estão reunidas as condições para uma nova rodada de negociações globais sobre o comércio de bens e de serviços, sugeri fossem desmembrados desde logo os dois processos, isto é, o tratamento das questões sobre bens e aqueles relacionados a serviços. A idéia de uma eventual negociação sobre comércio de serviços, desde que conduzida de forma totalmente independente da negociação sobre bens, é a mais suscetível, parece-me, de preservar os interesses dos países em desenvolvimento.

Em contraste com o que aconteceu em 1977,  
Senhores Parlamentares,

...ca, o quadro político latino-americano oferece algumas  
esperança. Na maioria dos países do Continente, o sistema  
É auspicioso notar que desde a última  
...ções de nos últimos anos...

Conferência Interparlamentar, realizada em Bruxelas em 1983, diversos países da América do Sul e Central puderam escolher livremente seus parlamentos nacionais, solicitando em seguida seu reingresso no Parlamento Latino-Americano. A Ata Final que acaba de ser aprovada torna-se assim mais representativa das tendências e dos interesses regionais. Esperamos que, na próxima Conferência Interparlamentar, outros países venham juntar-se a nós.

Reconhecemos o papel político que pode e deve desempenhar o Parlamento Latino-Americano no processo de integração continental e na tarefa de solidificação das bases da democracia liberal na região. Reafirmo o apoio do Governo brasileiro ao projeto de Tratado que prevê a institucionalização do Parlamento Latino-Americano: a iniciativa está sendo examinada cuidadosamente, de forma a permitir a elaboração de um projeto suscetível de receber a aprovação de uma ampla maioria das partes potencialmente interessadas.

Em contraste com uma preocupante situação econômica, o quadro político latino-americano oferece motivos para esperança. Na maioria dos países do Continente, o sistema de eleições livres em bases pluri-partidárias tornou-se o

critério essencial de legitimação. A crise econômica deixou de ser sinônimo de anarquia política, mas não pode deixar de exercer influência nas tendências de mobilização social e de participação política. Demandas irreprimíveis e recursos limitados levam naturalmente a tensões sociais, e podem colocar em risco a estabilidade das instituições políticas. O momento que vivemos demonstra que o ciclo autoritário não é uma fatalidade, e que o regime democrático pode canalizar com sucesso as demandas populares e construir pactos sociais mesmo em condições de crise sócio-econômica. Desejamos ver em encontros como o presente o sinal da solidariedade européia face às vicissitudes latino-americanas. A Comunidade Européia e o Parlamento Europeu têm um papel a desempenhar no processo de consolidação democrática da América Latina.

Muito obrigado.

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO, OLAVO EGYDIO SETUBAL, NO  
ALMOÇO DE DESPEDIDA DO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DO SENEGAL, SUA  
EXCELENCIA O SENHOR DOUTOR SIMON SENGHOR.

Palácio Itamaraty, em 25 de junho de 1985.

Nesta ocasião, que foi para todos nós um momento muito importante, ofereço  
para que eu expresse, Senhor Embaixador, o agrado do  
pelo Senegal.

Senhor Embaixador,

Senhora Senghor,

Há quase dez anos, Vossa Excelência assumiu as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Senegal em nosso país.

Ao longo de sua missão, Vossa Excelência foi sempre o servidor devotado de uma cooperação e de uma amizade que o Brasil deseja ver em termos de contínuo progresso.

Durante a sua permanência entre nós, o Brasil e o Senegal realizaram quatro reuniões da Comissão Mista de Cooperação, de positivos efeitos sobre o nível, a qualidade e a intensidade do relacionamento bilateral. Concluíram-se acordos e protocolos nos campos econômico, técnico e cultural. Realizaram-se visitas presidenciais, ministeriais e de nível técnico.

Esta ocasião, que assinala o término de um contato pessoal que foi para todos nós sempre gratificante, oferece a oportunidade para que eu expresse, Senhor Embaixador, o apreço do meu país pelo Senegal.



O Brasil, país orgulhoso da matriz africana que forjou o caráter de sua gente, tem na sua política de aproximação com a África uma das constantes de seu relacionamento com o mundo exterior. É um sentimento nacional que a Casa de Rio-Branco trabalha incansavelmente para traduzir em atos concretos de política externa, sob o aplauso da sociedade brasileira.

No momento da sua despedida, felicito-o, Embaixador Senghor, pelo trabalho realizado em Brasília, desejando-lhe êxito em suas futuras funções. Formulo votos de felicidades pessoal para Vossa Excelência e para a Senhora Embaixatriz Senghor, que muito colaborou para o êxito de sua missão.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de impor-lhe as insígnias da <sup>BRASÍLIA 2 de Junho de 1966</sup> Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que Sua Excelência o Senhor Presidente da República houve por bem conferir-lhe, e que representa o reconhecimento do Governo brasileiro pelos serviços prestados por Vossa Excelência à causa das relações entre o Brasil e o Senegal.